



Ideias para a educação ambiental ecomunitarista comunitária

Sirio Lopez Velasco¹

Resumo: Neste trabalho nos propomos apresentar uma primeira aproximação à teoria e prática da educação ambiental ecomunitarista na esfera da educação não-formal comunitária. Para tanto esclarecemos o conteúdo de conceitos fundamentais como os de “libertação”, “educação”, “meio ambiente”, “ecomunitarismo” e “normas fundamentais da ética”, e nos remetemos à educação problematizadora proposta por Paulo Freire e Dermeval Saviani.

Palavras-chave: Educação ambiental, ecomunitarismo, pedagogia problematizadora

Ideas for community environmental education ecommunitarianist

Abstract: In this paper we introduce the ecommunitarianist insight on non-formal environmental education in the field of community's action. To make this we revisit some central concepts like “liberation”, “education”, “environment”, “ecomunitarianism” and “basic ethical norms”, and recuperate the problem's pedagogy of Paulo Freire and Dermeval Saviani.

Key-words: Environmental education, ecommunitarianism, problem's pedagogy

INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos sugerir algumas ideias para a educação não-formal comunitária desde a perspectiva ecomunitarista. Em outros escritos (por exemplo Lopez Velasco 2003) temos sugerido algumas ideias ecomunitaristas para a educação familiar, e em outros (por exemplo, Lopez Velasco 2008) para a educação formal. Agora pretendemos introduzir-nos na esfera da educação comunitária, entendendo por tal toda prática com dimensão educativa consciente que não pertença nem à área da educação formal (aquela desenvolvida numa instituição educativa), nem à área familiar (a que ocorre no seio

¹ Possui graduação em Filosofia - Université Catholique de Louvain (1981), graduação em Linguística - Université Catholique de Louvain (1983) e doutorado em Filosofia - Université Catholique de Louvain (1985). Pós-doutorado em Ética no Instituto de Filosofía do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid, España, 2002). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: lopesirio@hotmail.com

familiar); assim ela abrange, dentre outras, as ações desenvolvidas na sociedade através de projetos extensionistas de instituições educativas, ONG's, movimentos populares, sindicatos, organizações políticas, e organizações religiosas; em relação a estas últimas não entramos no terreno da sua crença religiosa propriamente dita, mas nos ateremos unicamente à prática educativa considerada. Note-se que deixamos aqui de fora a educação realizada através da mídia (em relação à qual formulamos algumas ideias em Lopez Velasco 2013). Neste trabalho nos ateremos ao universo da chamada “cultura ocidental” (vigente também na A. Latina como cultura derivada da colonização européia); em outro trabalho temos abordado a visão ecomunitarista na perspectiva do diálogo intercultural (ver Lopez Velasco 2009).

AS BASES DA PROPOSTA

O dicionário “Aurélio” de 1986 (Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro) dizia que a educação é: 2) um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social; 3) os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo; 4) o cabedal científico e os métodos empregados na obtenção de tais resultados; 6) aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas; 7) conhecimento e prática dos usos da sociedade. Se compartilhamos totalmente o conteúdo da entrada “6”, acrescentamos que esse “aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas” somente será possível no ecomunitarismo (ou seja, depois de superado o capitalismo; cfr. dentre outros, Lopez Velasco 2003, 2008 e 2012);); agora alertamos para o erro que significaria usar as entradas “2” e “7” para justificar e promover a “integração” das pessoas aos horrores do capitalismo, praticando esses “usos” da atual sociedade, já que numa perspectiva problematizadora (em especial, ecomunitarista) o que corresponde é promover o permanente desvelamento crítico das tragédias capitalistas que impedem a plena realização dos seres humanos e ameaçam a saúde da natureza não humana, ao mesmo tempo em que se efetiva uma prática que vise a superação das ditas tragédias na superação do capitalismo.²

² Partindo do conceito da Organização Mundial da Saúde podemos definir a “saúde” como sendo o estado sistêmico de equilíbrio instável de bem-estar físico, social e psicológico dos indivíduos e grupos humanos. Também podemos aplicar esse conceito à natureza não humana; animais e plantas saudáveis seriam aqueles que, segundo a sua idade, estão executando plenamente suas funções vitais e ecológicas (sua interação com os outros seres vivos e com o meio abiótico). Inclusive poderíamos dizer que o meio abiótico (terra-rochas, ar, água) tem saúde quando suas qualidades físico-químicas essenciais se mantêm estáveis sem sofrer degradação irreversível.

Também destacamos agora que aquela interessante definição do “Aurélio” não incorpora a dimensão estética, tão importante na vivência humana, e nada diz acerca da educação ambiental; tais omissões são superadas na proposta ecomunitarista (embora ainda tenhamos que explicitar em detalhes a visão ecomunitarista da estética; quanto à educação estético-artística e a educação física, há de se salientar que se os sistemas educativos do Cônesul, seguindo o modelo da Grécia clássica, incorporaram essa duas dimensões nas atividades escolares, no último meio século, pelo menos, ambas dimensões foram cada vez mais perdendo espaços na Escola; assim, os professores dessas áreas devem brigar ano após ano para conquistar os tempos e os equipamentos mínimos para suas atividades, e em 2013 uma pesquisa revelou que mais da metade das escolas públicas brasileiras não tinha nenhum espaço apropriado para as práticas esportivas).

Ora, no Brasil, Paulo Freire (1970) e Dermeval Saviani (1983) salientam que a educação pode ser arma de preservação da sociedade vigente (e dos interesses dos grupos dominantes), ou, pelo contrário, instrumento de transformação que questiona os privilégios dos dominantes e as assimetrias-injustiças da sociedade existente. Por isso Freire distinguiu o primeiro tipo de educação que ele chamou de bancária (instrumento do conservadorismo social, na qual o mestre retira do aluno o mesmo que antes tinha depositado nele: daí o seu nome que remete para um “banco”, de onde retiramos a mesma quantia que antes depositamos), do segundo tipo, que chamou de “problematizadora” (engajada na transformação da sociedade, rumo a uma nova ordem social sem opressores nem oprimidos). Assim Freire veio a caracterizar como sendo “educação” um processo sem fim no qual os seres humanos trazem à luz as diversas formas de opressão e agem para tentar de eliminá-las; tal é o conteúdo do conceito freireano de “conscientização” (hoje, infelizmente esvaziado pela sua banalização em boca de pessoas que nunca leram Freire).

Por sua vez, uma caracterização pertinente do meio ambiente é apresentada no artigo 4 da lei brasileira de Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), promulgada em 1999, quando se diz que é princípio básico da EA "a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade"; e isto a escala local, regional, nacional e global.

Apoiando-nos nesses alicerces definimos a educação ambiental ecomunitarista (EAE) como sendo a educação problematizadora alicerçada nas três normas fundamentais da ética e orientada rumo ao ecomunitarismo (ver Lopez Velasco 2008 e 2014).

As três normas fundamentais da ética nos obrigam, respectivamente a lutar para garantir a nossa liberdade individual de decisão, realizar essa liberdade na busca de respostas consensuais com os outros acerca do que devemos fazer, e preservar-regenerar uma natureza humana e não humana saudável; temos insistido no fato de que a realização plena dessas normas exige a superação do capitalismo, que as viola diariamente (ver, dentre outros, Lopez Velasco 2003 e 2008).

Caracterizamos a libertação como sendo o processo histórico sem fim de realização efetiva dessas três normas éticas fundamentais, processo tendente à construção de uma ordem socioambiental utópica (o ecomunitarismo) regida pelo eslogan “de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo a sua necessidade, respeitando os equilíbrios ecológicos”; note-se que essas necessidades haverão de ser incessantemente discutidas-avaliadas-revistas em cada momento histórico, à luz das três normas éticas fundamentais.

Temos definido o ecomunitarismo como sendo a ordem socioambiental sustentável pós-capitalista na qual realiza-se a reconciliação solidária entre os seres humanos, desde a escala local até a escala planetária, e a reconciliação entre os seres humanos e o restante da natureza, respeitando-se no dia a dia as três normas fundamentais da ética; assim, repetimos, o ecomunitarismo tem horizonte pós-capitalista pois o capitalismo violenta cotidianamente essas três normas fundamentais da ética (ver López Velasco 2003 e 2012). O ecomunitarismo abrange múltiplas dimensões da vida humana, e em especial, uma economia ecológica e sem padrões, uma educação prolematizadora, uma erótica da libertação (que a partir de uma educação sexual continuada para crianças e adultos promove o livre desfrute do prazer consensuado, e supera o machismo, a homofobia e a condenação beata da masturbação), uma política de todos (alicerçada na democracia participativa direta e com poder revogatório de qualquer mandato conferido a qualquer cidadão), e uma comunicação simétrica (que retire os grandes meios de comunicação das garras dos monopólios mediáticos que agora os controlam reforçando a desordem capitalista, para colocá-los nas mãos das comunidades; ver Lopez Velasco 2003,2008, 2010, 2012 e 2013).

Temos caracterizado a sustentabilidade (partindo do informe Brundtland, de 1987) como a capacidade de satisfazermos as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, mantendo os equilíbrios ecológicos; e temos esclarecido que qualquer necessidade só é legítima se for compatível com as três normas éticas fundamentais; é com essa ideia-guia que o ecomunitarismo se

organiza no seu dia a dia conforme o princípio já citado: “de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo a sua necessidade, respeitando os equilíbrios ecológicos” (ver Lopez Velasco 2003, 2012 e 2013).

A teoria educativa que nos guia é a chamada pedagogia problematizadora, que deduzimos em síntese dialética de Paulo Freire (1970, cap. II) e Dermeval Saviani (1983, cap. II), na qual o processo de educação é um processo intersubjetivo infinito de conscientização; entendendo por conscientização o desvelamento crítico dialogado das situações de opressão e/ou devastação ou contaminação irreversível, acompanhado da transformação dessa mesma realidade rumo a uma ordem socioambiental sustentável pós-capitalista, sem opressores nem oprimidos nas relações intra-humanas e respeitosa-preservadora-regeneradora da natureza não humana (conforme exigem as três normas éticas fundamentais, e em especial a terceira, no que diz respeito às relações entre os seres humanos e a natureza não humana); nesse processo são utilizados como instrumentos todos os conhecimentos e tecnologias acumulados pela Humanidade que (não se opondo às três normas éticas fundamentais) sejam apropriados para encarar cada uma e todas as situações-problema consideradas.

No que segue deve se entender que, como salientou Freire (1970, cap. II), na educação problematizadora o educador também é educando, e vice-versa; de tal forma que quando nos referimos à interação dos “educadores” com uma comunidade, nos referimos aos professores ou lideranças, ou pessoas (alfabetizadas ou não) que possuem um notório saber no assunto considerado, os que, por sua vez, na sua interação dialogal com a comunidade sempre estarão aprendendo alguma coisa com ela; e isso acontecerá mesmo na ausência de longas explanações por parte dos membros da dita comunidade, pois muitas vezes basta uma simples observação pontual, ou ainda uma simples pergunta advinda de um membro da comunidade, para que o “educador” em questão aprenda (por exemplo ao enxergar um ângulo novo de abordagem ou avaliação do assunto em questão, até então não percebido por ele, ou não analisado com a profundidade devida).

A EA ECOMUNITARISTA NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL COMUNITÁRIA

Imaginemos uma ação educativa comunitária qualquer. Como deveria ela ser encarada e praticada em ótica ecomunitarista? Para responder essa pergunta avançamos por ora as seguintes considerações.

Já que ela transcorreria hoje no contexto da sociedade capitalista, ela deveria no seu decorrer (e abordando cada questão no momento em que os educadores considerarem oportuno, ou forem solicitados a fazê-lo pela comunidade) tentar desvelar dialogadamente com a comunidade participante as principais características do capitalismo; assim ela abordaria a assimetria existente entre uma minoria que é dona dos meios de produção e uma grande maioria que para sobreviver somente tem ao seu alcance a venda da sua força de trabalho (exercendo um trabalho alienado que a degrada e castiga em permanência, impedindo a realização de cada pessoa nas suas múltiplas vocações e aptidões, compatíveis com a três normas éticas fundamentais; normas cujos conteúdos deveriam ser dialogalmente estabelecidos, com a orientação dos educadores, assim como previamente deveriam ser desveladas as principais características do trabalho alienado no capitalismo); a ação educativa revelaria dialogadamente logo a seguir como essa situação toda gera uma guerra de todos contra todos e/ou uma indiferença de todos em relação a quase todos na esfera das relações humanas, e também a inevitável devastação/contaminação da natureza não humana, em função da fria e implacável lógica do lucro (ver Lopez Velasco 2003 e 2012). Nesse desvelamento essa ação deveria mostrar a estrutura socioambiental do “meio ambiente” (segundo a concepção do artigo 4 da lei de Política Nacional de Educação Ambiental aprovada no Brasil em 1999), que reúne características naturais e socioculturais interligadas. Como contrapartida desse desvelamento crítico a ação educativa deveria mostrar o horizonte ecomunitarista como uma estrela-guia que orienta a ação cotidiana rumo à superação do capitalismo, dentre outras, nas esferas da educação, a economia, a política, a erótica, e a comunicação.

A ação educativa deveria iniciar pelo levantamento dialogado com a comunidade de um problema socioambiental local que seja do interesse imediato da comunidade (seja ele na área que for, por exemplo, dentre outras possíveis, a da saúde, drogas-violência, desemprego, pobreza, racismo, homofobia, água, terra e reforma agrária e urbana, saneamento, alimentação, arborização, transporte, moradia, educação, etc.).

A seguir a ação educativa dialogada deveria suscitar uma leitura do mundo que permita aos membros da comunidade relacionar o problema levantado com o contexto do quadro capitalista vivido; esse enquadramento se daria respondendo a questões tais como: os grandes capitalistas tem esse mesmo problema? se sim, eles tem mais meios que nós para resolvê-lo; quais?; e se eles não tem esse mesmo problema, por que não?; o mais adequado não seria que todos tivéssemos os mesmos recursos para resolver os problemas coletivos?; pode haver essa distribuição igualitária de recursos em meio à assimetria

existente entre os donos do poder econômico-político-militar-mediático por um lado, e os simples assalariados ou desempregados por outro lado?; como se resolveria esse problema no ecomunitarismo? (e aqui os educadores deveriam informar as grandes linhas da organização ecomunitarista, para enquadrar dentro delas a abordagem dialogada do problema e da sua solução).

De imediato a ação educativa deveria explorar dialogadamente as seguintes questões: quais conhecimentos devemos procurar adquirir para podermos avaliar adequadamente o problema e buscar uma solução concreta no curto-médio prazo para o mesmo?; com quem e/ou onde podemos encontrar esses conhecimentos?

Uma vez respondidas essas questões a ação educativa deve levar membros da comunidade até as fontes apontadas, e, sobretudo, trazer até a comunidade as pessoas capazes de fornecer-lhe conteúdos para a busca da resposta para o problema considerado.

Analisando criticamente esses conteúdos, a comunidade, sempre auxiliada e orientada pelos educadores, deveria responder às seguintes questões: a) como devemos caminhar rumo ao ecomunitarismo praticando transformações que na sua forma e no seu conteúdo sejam compatíveis com ele?; e, b) que tipo de solução concreta dessa espécie podemos almejar para o problema considerado no seio mesmo da atual sociedade capitalista?

Uma vez respondida essa questão viria outra: quem deve ajudar (a começar pela própria comunidade) na implementação dessa solução? Aqui é quase certo que, além das forças comunitárias locais, os vizinhos dirão que precisam de outros apoios (identificados na resposta para a última pergunta), por exemplo, determinadas instituições ou autoridades públicas locais. (Tendo em vista o horizonte ecomunitarista a EAE que preconizamos descartará qualquer apoio de empresas privadas ou organizações de pretensa caridade que são funcionais ao capitalismo; será bem-vindo o auxílio de cooperativas que sejam autênticas, movimentos populares e instituições públicas). Uma vez identificados esses outros apoios necessários, a comunidade se organizará para consegui-los (exercendo, se for o caso, toda a pressão necessária, com mobilizações, inserções na mídia, etc.). Uma vez conseguidos esses apoios e sempre partindo da energia transformadora da comunidade, a solução (mesmo que parcial e modesta) será implementada.

O sucesso conseguido pela comunidade na solução do problema focado na ocasião lhe dará mais força e confiança para perseverar na prática crítico-transformadora orientada pelo horizonte ecomunitarista. Essa prática poderá incluir ações político-eleitorais e outras que fujam da ordem jurídico-política até então vigente, buscando as transformações

radicais (de “ir à raiz das coisas”) mediante as quais e com as quais a Humanidade possa superar, orientada pelo horizonte ecomunitarista, essa sua pré-história (como disse Marx), que é o capitalismo. Com estes esclarecimentos do horizonte pós-capitalista fica claro que a ação e os sucessos da comunidade em questão nunca podem ser nem planejados nem avaliados em isolamento das muitas outras comunidades que conformam a grande comunidade local, regional, nacional, continental e planetária (quer dizer humana), mas, pelo contrário, sempre deverão ser enquadrados nesses respectivos contextos; isolar a ação e o sucesso de uma comunidade fechada em si mesma equivaleria a trair a perspectiva problematizadora socioambiental ecomunitarista, e ceder diante da atomização individualista (nesse caso pequeno-comunitária) que perpassa o capitalismo e causa inúmeras tragédias humanas e na natureza não humana.

Ação comunitária em um bairro pobre e um perigo advertido por Freire

Proponho como exemplo a ser melhorado a experiência que fizemos com um grupo de alunos e trabalhadores sociais num bairro pobre vizinho da nossa Universidade (Federal do Rio Grande, FURG, em Rio Grande, RS), que tinha surgido como resultado de uma ocupação, cujos integrantes (umas 183 famílias) foram transferidos pela Prefeitura para a sua localização atual (onde já moravam outras 300 famílias). Na ocasião combinamos uma pesquisa com perfil acadêmico com o trabalho de auto-organização comunitária, compartilhado com os moradores (ver mais detalhes em Lopez Velasco 2008, p. 92-104). Fundamentamos essa combinação numa abordagem que tem muitos pontos de convergência com a metodologia feminista recomendada por Mies (Mies & Shiva 1997). A metodologia usada por nós com a finalidade acadêmica de realizar uma modelagem socioambiental do bairro em questão, que servisse e fizesse parte do trabalho comunitário, teve a abordagem de uma pesquisa participante na forma de "enquete operária" (segundo Thiollent 1985). Os instrumentos utilizados, além da convivência com os moradores na execução das atividades comunitárias foram, um Questionário, e Entrevistas e Diálogos com os moradores, possibilitando sua participação na modelagem pretendida. Com esses meios procedemos a fazer uma análise quantitativa (com os instrumentos estatísticos usuais), semi-quantitativa (com base no programa computacional VISQ) e qualitativa (mediante análise do discurso e da conduta dos diversos atores da vida do bairro). Foram eleitas como macro-variáveis de estudo as seguintes: a) Demografia, b) Dinâmica de atividades e renda (incluindo também as sub-variáveis "violência" e “lazer”), c) Saúde e

saneamento, d) Cultivo de vegetais e medicina popular, e) Interação escola-bairro, f) Balanço energético e tratamento de resíduos, e, g) Avaliação dos agentes operantes no bairro, e, Reivindicações. Entendemos a "enquete operária" assim como a caracteriza Michel Thiollent (1985). Adverte este autor (p. 110 e ss.) que tanto a pesquisa-ação clássica (a “Action Research”) como a "enquete operária" “valorizam a discussão em lugar da passividade na qual é mantido o respondente das entrevistas convencionais”, mas esta última, em vez de priorizar a “dimensão psicológica da interação dos indivíduos e dos grupos sociais” como faz a Action Research, pelo contrário “dá ênfase à dimensão cognitiva e política das relações de classes” (p. 110). Nesta perspectiva, quando se discute a questão da inserção dos dispositivos de pesquisa nos meios a ser pesquisados, haverá de se considerar “ não-artificial esta inserção quando os grupos investigados têm iniciativa e controle dentro do processo de investigação, concebido em ligação com a prática efetiva do grupo, como é o caso na enquete operária”. (p. 112). Nesta abordagem as “explicações” oferecidas pelos instrumentos de pesquisa (em especial o Questionário), “são provisórias e submetidas ao entendimento popular para observar até que ponto vão ao encontro das ‘explicações’ espontâneas ou até que ponto elas têm uma influência positiva sobre a capacidade de autodescrição” (p. 113). Assim, os pesquisadores estabelecem com os protagonistas do movimento popular “uma relação que seja de natureza a desenvolver uma auto-análise do movimento pelos próprios grupos” (p. 112). Em nosso caso, discutimos ao longo do tempo com a Diretoria da Associação de Bairro cada um dos passos da pesquisa as ações a ela vinculadas, apresentando em várias oportunidades aos vizinhos, durante Assembleias Gerais da Associação, os resultados que iam sendo obtidos, para discuti-los com eles. Além disso abrimos muito os ouvidos para registrarmos a maneira em que os próprios vizinhos interpretavam sua realidade socioambiental, explicitavam suas expectativas e projetos de vida e julgavam as ações e atores referentes a uma e outra dimensão. Ao mesmo tempo, em eventos organizados no período da investigação na FURG, incluindo os de caráter internacional, convidamos vizinhos, e não só aos dirigentes da Associação, a participarem em pé de igualdade com universitários e representantes de instâncias políticas, ou seja a “dizer sua palavra” (em expressão devida a Paulo Freire). Com efeito, ampliando a perspectiva “classista” com a qual Thiollent caracteriza a “enquete operária”, decidimos acrescentar como referência muito apropriada, tendo em conta a particularidade de que o bairro apresentava (e infelizmente ainda apresenta) uma grande porcentagem de desempregados e sub-empregados que vivem de ocupações episódicas ("changas" ou “biscates”), as reflexões que Paulo Freire (Freire,

1970), partindo de sua rica experiência como educador popular, dedicou ao que chamaríamos de “cultura do oprimido”. As ações que desenvolvemos com os moradores foram: 1) a construção da sede da Associação de Moradores (destinada não só a receber as reuniões dos vizinhos, mas também a abrigar algumas famílias necessitadas por ocasião das frequentes enchentes que afetam o bairro; na construção da sede “botamos a mão na massa”, trabalhando como pedreiros, junto com alguns moradores), 2) o acompanhamento da luta para conseguir água potável e luz elétrica para todo o bairro (pois uma metade do mesmo carecia ainda delas), 3) o acompanhamento da luta para melhorar o arruamento e saneamento do bairro (pois até lixo hospitalar era jogado pela Prefeitura como suposto “aterro” nas ruas, e quase nenhuma casa tinha fossa séptica, além do que as crianças brincavam em valas infectadas e no verão sofriam com o “bixo de pé”), 4) aulas de reforço escolar, com abordagem alicerçada na educação ambiental, para as crianças que o solicitassem, 5) troca de lixo reciclável por roupa (como culminação de uma campanha de educação ambiental feita casa por casa, com a ajuda das crianças e alunos das escolas, que incluiu a colocação de lixeiras públicas, até então inexistentes no bairro), e, 6) a elaboração com os vizinhos (e o apoio de três advogados) de um Projeto de Lei Municipal para dar a propriedade dos terrenos aos vizinhos (priorizando a mulher ou quem ficasse na guarda das crianças menores em caso de separação ou falecimento). Ao cabo de dois anos de trabalho: 1) a sede da Associação de Moradores estava inaugurada e funcionando (embora precisando de alguns retoques finais), com base no trabalho voluntário e dinheiro arrecadado por ações nossas (como uma rifa) e doações diversas (em especial do sindicato dos docentes da FURG e de particulares belgas); há de se dizer que a módica soma de uns três mil dólares no total foi suficiente para construir a dita sede e coloca-la em condições de funcionar (o que mostra que no Terceiro Mundo às vezes com pouco dinheiro se conseguem bons resultados), 2) a água potável foi conseguida para todo o bairro e a luz para um 75% dele (posteriormente também alcançou todo o bairro), 3) o arruamento melhorou com a colocação de saibro, o caminhão do lixo começou a passar regularmente todas as semanas, e o ônibus começou a servir o bairro todos os dias em vários horários; ao cabo dos dois anos da nossa ação, as primeiras fossas sépticas (doadas pela Prefeitura) começaram a ser instaladas, com o trabalho do próprio interessado e sua família e vizinhos, 4) as aulas de reforço escolar foram desenvolvidas na sede da Associação de Moradores por três universitárias bolsistas, para duas dúzias de crianças com idades entre os 8 e os 15 anos, em dois horários semanais diferentes segundo o tempo livre dos alunos, com períodos de aulas e atividades de duas horas e meia cada um e um intervalo onde foi

servida merenda como forma de reforçar a alimentação de crianças que, no geral, estão mal-nutridas; os alunos atendidos frequentam oito escolas públicas diferentes da região; num primeiro momento estes alunos se apresentaram a seus colegas e professoras (as três bolsistas antes citadas) e expuseram suas principais dificuldades na Escola, as quais foram confirmadas pelas professoras revisando os cadernos escolares das crianças; posteriormente, para melhor atendê-los, em cada turno os alunos foram divididos em três grupos (de primeiro ano, de segundo e terceiro, e das cinco séries restantes do primeiro grau, respectivamente) e começaram as aulas com atividades integradoras de todo o grande grupo (em geral ao início de cada aula), onde se abordaram diversas questões ambientais, principalmente as vinculadas à higiene própria e do meio, importantes para a saúde física e mental; surgiu então dos próprios alunos a idéia de que queriam erigir-se em "fiscais ambientais do bairro"; foram abordadas então questões tais como a relação interpessoal adequada e nosso papel social como cidadãos, as atitudes violentas e não-violentas no dia-a-dia, e o manejo e reciclagem de resíduos, relacionando sempre os assuntos tratados com a realidade do próprio bairro; para tanto houve saídas de campo com passeios e registros de observação do bairro (em especial no referente ao estado das ruas, ausência de saneamento básico e animais existentes, vinculando estes fatos às doenças constatadas na vizinhança); um resultado concreto destas atividades foram as iniciativas dos alunos de instalar recipientes para resíduos, reutilizando caixas de cartão jogadas fora pelo comércio, em diversos locais públicos do bairro, a começar pela sede da Associação, e de insistir junto à Prefeitura para que o caminhão coletor passasse com a necessária frequência e em todas as ruas do bairro, e não intermitentemente e só em algumas delas, como o fazia até então; para se fomentar o uso de tais recipientes os alunos propuseram elaborar cartazes e panfletos alusivos para serem entregues e discutidos com os vizinhos; no Dia Mundial do Meio Ambiente, alunos e mães do bairro fizeram uma passeata percorrendo as principais ruas do bairro, portando cartazes e bandeiras e, na sua volta para a sede da Associação, instalaram ali dois recipientes, destinados um ao material orgânico e o outro a materiais reutilizáveis e/ou recicláveis (como metais, vidros e plásticos), sendo que o papel seria destinado a ser reciclado pelos próprios alunos para ser usado nas suas tarefas escolares; o material orgânico foi compostado num terreno próximo preparado pelos alunos, para colocá-lo à disposição gratuitamente em mãos dos vizinhos que possuem pequenas hortas domésticas, o abono orgânico de que necessitam e também para ser usado pelos próprios alunos no plantio de flores em garrafas plásticas separadas do lixo; a ocasião foi aproveitada para discutir com os alunos e a vizinhança as vantagens do adubo orgânico e

os problemas causados pelos adubos industriais; 5) organizamos uma campanha de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, especialmente de plástico; a mesma teve como objetivo incentivar o desenvolvimento da consciência comunitária sobre a relação lixo-doença, sobre a importância do manejo ecológico de resíduos e da reciclagem dos mesmos (conforme o *eslogan* das "Três R" que orienta a Reduzir, Reutilizar, e Reciclar); paralelamente se buscava aliviar em algo a carência de roupas de inverno entre a vizinhança (carência importante pela crueza dos invernos na região); com participação importante de crianças e alguns adultos distribuíram-se folhetos explicativos em todo o bairro e organizou-se um "tour" com alto-falantes; paralelamente, através de pessoas e entidades, recolheu-se a roupa a ser doada, em cuja classificação e empacotamento participaram grupos de vizinhos do bairro; nas datas indicadas os vizinhos trouxeram os resíduos limpos e levaram para casa, em troca, a roupa que necessitavam; finalmente, os resíduos recolhidos foram vendidos, em proveito da Associação dos Moradores, a uma indústria que pratica a reciclagem de plásticos; mais de cem famílias (com as suas respectivas crianças) participaram desta atividade; 6) o Projeto de Lei sobre Propriedade dos Terrenos foi sendo elaborado sucessivamente em Assembleias realizadas na sede da Associação de Moradores e com até 200 participantes; quando esteve pronto, os Vereadores foram convidados para que conhecessem o projeto e se comprometessem a aprová-lo (somente três Vereadores compareceram, e quando o projeto chegou à Câmara durmiu nas gavetas por dois anos, para depois ser aprovado com algumas mudanças que deturpavam alguns pontos fundamentais da versão elaborada com e pelos vizinhos; mas alguma coisa se conseguiu...). A versão original do Projeto era a que segue:

Projeto de Lei n....: Dispõe sobre a transferência/venda da posse/propriedade de terrenos do Município para famílias de baixa renda para efeitos de moradia, exclusivamente. O Prefeito Municipal de Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo 51 inciso III faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1 Conceder-se-á direito de propriedade ao detentor de família que requerer o benefício da presente lei desde que a renda familiar no momento da solicitação não ultrapasse 5 salários mínimos. - Art. 2 O pagamento do terreno dar-se-á durante 20 anos em contribuição social mensal calculada em 10% do salário mínimo, sendo facultada a liquidação por antecipação do prazo do compromisso pecuniário com pagamento a maior pelo beneficiário, quando em contrapartida transmitir-se-á a propriedade plena. - Art. 3 Havendo inadimplência injustificada, por mais de 180 dias da contribuição social, dará direito ao Município de revogar o contrato de compra e venda do lote do terreno. - Parágrafo único- Na eventualidade que os atrasos anteriormente mencionados no caput deste artigo sejam justificados

perante a Secretaria Municipal que o Executivo indicar, e desde que a justificativa mereça o aval do conselho de Bem Estar Social, a renegociação reconhecerá os pagamentos já efetuados. - Art. 4 Toda transferência de propriedade de terreno só terá valor legal se reconhecida pelo Conselho de Bem-estar Social, e o titular que transferiu o lote de terreno perderá a prerrogativa de se habilitar novamente aos benefícios desta Lei - Art. 5 A Prefeitura Municipal fica responsabilizada pelo cadastramento e fiscalização, com a publicação semestral das listagens dos beneficiários ativos do uso e posse dos terrenos objeto da presente Lei.- Art.6 A venda dos terrenos ocorrerá através da secretaria ou órgão indicado pelo Executivo Municipal, que assessorado pelo Conselho de Bem-estar Social, procederá à avaliação do pretendente do benefício que trata a presente Lei.- Art. 7 Na eventualidade de morte do adquirente, a sucessão prevista no Contrato de Compra e venda do lote, obedecerá à seguinte ordem excludente, devendo, ainda, o novo beneficiário atender aos demais requisitos desta Lei: I - cônjuge ou companheiro, II - filhos menores, na pessoa de seu representante legal, III- filhos maiores, IV- ascendentes, V- colaterais. - Art. 8 Em caso de separação do casal do qual faz parte o/a chefe de família terá preferência para continuar a beneficiar-se do direito conferido por esta lei o membro do casal que conservar a guarda dos filhos menores, e, não havendo filhos menores, a mulher. - Art. 9 Ocorrendo o óbito do cônjuge automaticamente se dará a quitação do lote do terreno, transmitindo-se a propriedade plena, de conformidade com a sucessão preceituada no caput e incisos do artigo 7 da presente Lei.- Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Executivo Municipal conjuntamente com o Conselho de Bem-estar Social e a comunidade diretamente envolvida, ficando ainda autorizado a regulamentar, no que couber, a presente lei, para o atingimento das finalidades da mesma. - Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.- Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Se o balanço do obtido pelo bairro foi amplamente positivo, e a nossa ação desenvolveu-se a contento (embora nem sempre atingindo todos os objetivos propostos a partir da visão ecomunitarista da educação ambiental), as valas existentes no bairro não puderam ser eliminadas ou saneadas de forma durável. E aconteceu que no decorrer de todas as atividades fomos percebendo uma clara manifestação daquilo que Freire chamara a “introjeção do opressor pelo oprimido”. Nos referimos ao fato de que a então Presidente da Associação de Moradores começou a dizer “eu fiz”, “eu decidi”, “eu quero”, e começou a espalhar o boato de que nós da Universidade queríamos nos adonarmos do bairro. Numa Assembleia de vizinhos, sem mencionar a pessoa, colocamos nossa preocupação e dialogamos sobre a importância da gestão consensual-democrática do bairro e da sociedade como um todo (conforme o exige a segunda norma fundamental da ética), evitando os personalismos autoritários. Os vizinhos presentes concordaram com a nossa visão. Pouco depois a Presidente, sem consultar a Assembleia, decidiu alugar alguns dias por semana a sede da Associação para as atividades de uma Igreja. Voltamos a colocar em Assembleia nossa preocupação pelas decisões consensuais; os vizinhos voltaram a nos apoiar. Então a

Presidente decidiu se filiar a um Partido de centro-direita, no mesmo momento em que o nosso Projeto esgotava o seu cronograma (e o autor destas linhas teve que se afastar por bastante tempo para desenvolver atividades acadêmicas no exterior). O tempo passou e, felizmente, o bairro continua a sua caminhada, agora com outro Presidente na Associação de Moradores, que, esperemos, não introjete o opressor...

BIBLIOGRAFIA

Dicionário Aurélio (1986) Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

Freire, Paulo (1970) **Pedagogia do oprimido**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Lopez Velasco, Sirio (2003 – reimpressão em 2005) **Ética para o século XXI**. Rumo ao ecomunitarismo, Ed. Unisninos, São Leopoldo.

_____ (2008) **Introdução à educação ambiental ecomunitarista**, Ed. FURG, Rio Grande.

_____ (2009) **Ecomunitarismo, socialismo del siglo XXI e interculturalidad**, Ed. FURG, Rio Grande.

_____ (2012) **Ideias para o socialismo do século XXI com visão marxiana-ecomunitarista**, Ed. FURG, Rio Grande.

_____ (2013) **La TV para el socialismo del siglo XXI**. Ideas ecomunitaristas, Ed. 13, Quito, Ecuador.

_____ (2014) **Elementos de Filosofia da Ciência**, Ed. FURG, Rio Grande.

Mies, M. & Shiva V. (1997) **Ecofeminismo**, Icaria, Barcelona.

Saviani, Dermeval (1983) **Escola e democracia**, Ed. Cortez, São Paulo.

Thiollent, M. (1985) **Metodologia da Pesquisa-ação**, Ed. Cortez, São Paulo.

Submetido em: 01-08-2016.

Publicado em: 31-08-2016.